



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Terça-feira
(29/05)

Manchetes

G1: MPF questiona Gabinete da Intervenção sobre funcionamento da Refinaria de Duque de Caxias

Gazeta do Povo: TCU manda anular contrato de aluguel de “scanner corporal” para presídios do Paraná

Diário do Nordeste: Após racha entre facções, Sejus não realocará presos

Folha de S. Paulo: Governo pressiona PF por prisões para acabar paralisação

O Globo: MPF denuncia agentes da repressão da ditadura por assassinatos

Diário da Amazônia: Jungman proíbe PRF de informar à imprensa sobre bloqueios

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Intervenção em protesto: **O Globo** noticia que, em entrevista à imprensa estrangeira em fórum de investimentos em São Paulo, o presidente Michel Temer afirmou que não há risco de intervenção militar em decorrência da paralisação de caminhoneiros, que chega ao seu 9º dia. Cartazes e faixas pedindo intervenção militar para derrubar o governo foram visto com alguns grevistas. Temer disse ainda que a redução do preço do óleo diesel anunciada pelo governo como parte das medidas para tentar acabar com a greve não irá reverter as reformas realizadas pela Petrobras para garantir a independência da estatal.

Questionamentos: O Ministério Público Federal (MPF) está cobrando respostas do Gabinete de Intervenção Federal (GIF). Durante diligências na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), na manhã de segunda-feira (28), o procurador da República Julio José Araujo Junior quis identificar como estava a mobilização dos caminhoneiros e verificar quais medidas estão sendo adotadas pelos órgãos estatais para garantir acesso ao local de distribuição de combustível à população. Após as diligências, Araujo Junior expediu um ofício com alguns questionamentos para o general Braga Netto. O oficial tem 24 horas



para responder às perguntas. Notícia do **G1**.

Reuniões de monitoramento: Folha de S. Paulo informa que, no nono dia de paralisação dos caminhoneiros, o governo dá continuidade às reuniões do gabinete de crise. Representantes de 11 ministérios participam de encontro na manhã desta terça-feira (29) no Palácio do Planalto. Como as paralisações continuam mesmo com acordo e medidas anunciadas por Temer no domingo (27), o governo trabalha agora para separar o que chama de “infiltrados” nas manifestações, que devem ser retirados com uso da força policial, como indicou o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) em entrevista coletiva na segunda (28).

Investigação de empresários: O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou ao **Valor Econômico** que a Polícia Federal já abriu 48 inquéritos em 25 estados para investigar empresários suspeitos de prática de locaute durante a greve dos caminhoneiros, que chegou ao seu oitavo dia nesta segunda-feira. Patrões seriam suspeitos de impedir os trabalhadores de exercerem o seu trabalho, o que não é permitido. Representantes de associações de empresários do setor e caminhoneiros já começaram a prestar depoimento para a PF. Jungmann disse ainda que prisões “dependem de autorização judicial”.

Pressão do Governo: Sem conseguir acabar com a paralisação os caminhoneiros, o governo Michel Temer pressiona a Polícia Federal a acelerar investigações e prender suspeitos de dar suporte ilegal ao movimento. A ofensiva atípica em cima da PF ignora o fato de os inquéritos serem sigilosos e estarem em fase inicial e se dá em meio a diversas tentativas frustradas de interromper a paralisação. Em reunião no Palácio do Planalto, o diretor-geral da polícia, Rogério Galloro, chegou a ter de fazer uma explicação básica de como as prisões ocorrem no Brasil, segundo apurou a **Folha de S. Paulo**.

Denúncia de repressão: O Ministério Público Federal (MPF) denunciou na última segunda-feira (28) dois ex-agentes da repressão da ditadura militar pela morte e ocultação dos cadáveres de dois militantes de organizações de esquerda em maio de 1970. O então tenente-coronel Maurício Lopes Lima e o suboficial Carlos Setembrino da Silveira são acusados da execução sumária de Alceri Maria Gomes da Silva, membro da



Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e Antônio dos Três Reis de Oliveira, integrante da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Notícia do **O Globo**.

Notícias sobre bloqueios: **Diário da Amazônia** informa que os núcleos regionais de assessoria de comunicação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) estão proibidos, desde a manhã de segunda-feira (28), de emitir informações relacionadas a bloqueios existentes e liberados nas estradas do Brasil. A informação foi confirmada pelo núcleo de comunicação (Nucom) da PRF em Rondônia, que atribui a determinação ao ministro Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann. A proibição atinge além dos dados de bloqueios, qualquer outra informação relativa às manifestações, seja através de nota, entrevistas ou grupos de WhatsApp.

Sistema Prisional

Contrato de scanners: **Gazeta do Povo** noticia que uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) dá 15 dias para o Departamento Penitenciário (Depen) do governo do Paraná anular o contrato direto de aluguel de 20 equipamentos de “inspeção corporal por raios-X”, fornecidos pela empresa VMI Sistemas de Segurança Ltda. O governo do Paraná alegou que somente a VMI Sistemas de Segurança Ltda teria o equipamento adequado ao Depen, o modelo “Spectrum Bodyscan Dual View com cabine acoplada”. Mas, para o TCU, não houve justificativa técnica para a contratação direta de empresa, sem qualquer concorrência. No relatório do TCU, há menção a um pregão eletrônico realizado pelo governo de São Paulo, para contratação de equipamento semelhante, que ficou demonstrada “a existência de vários outros fornecedores do ramo”.

Advogados do crime: Apesar de presos, chefes do tráfico continuam a exercer suas atividades criminosas de dentro das cadeias. Como mostrou reportagem do **O Globo**, publicada no último domingo (27), existem casos concretos de condenados ou denunciados por se associarem aos clientes. O ministro da Segurança, Raul Jungmann, defende que as conversas entre clientes e advogados passem a ser gravadas e que, havendo indícios de crime, sejam ouvidas por via judicial.

BNMP: O número de detentos incluídos no Cadastro Nacional de Presos chegou a



376.717 com a conclusão da inclusão dos dados do estado de Pernambuco no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP). Agora já são 15 as unidades da federação que terminaram a implantação do BNMP. O BNMP versão 2.0 foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é um sistema que vai permitir que a Justiça visualize, em qualquer parte do país, com poucos cliques no computador, se a pessoa presa já responde por um ou mais crimes em outros Estados do país. Notícia do **Diário Indústria&Comércio**.

Racha entre facções: O rompimento ocorrido no Estado do Amazonas entre as facções criminosas Família do Norte (FDN) e Comando Vermelho (CV) – que costumavam até recentemente terem parcerias em negociações – não terá, pelo menos inicialmente, impacto nas realocações de detentos, batizados nesses agrupamentos, do Sistema Penitenciário cearense. De acordo com a titular da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado (Sejus), Socorro França, o Governo do Estado já trabalha com a divisão de facções criminosas em determinados presídios. Notícia do **Diário do Nordeste**.